

**ATA DA SEPTUAGÉSIMA OITAVA SESSÃO ORDINÁRIA, SEGUNDO SEMESTRE, DO SEGUNDO ANO LEGISLATIVO, NO PRIMEIRO BIÊNIO (2017/2018), DA DÉCIMA OITAVA LEGISLATURA (2017/2020) DA MUNICIPALIDADE NA CÂMARA MUNICIPAL DA SERRA, QUE SE REALIZOU NA SEGUNDA-FEIRA, DIA TRÊS, MÊS DE DEZEMBRO, ANO DOIS MIL E DEZOITO, ÀS DEZESSEIS HORAS (03/12/2018, 16H00MIN).**

**MESA DIRETORA/VEREADORES:**

***Presidente: Rodrigo Márcio Caldeira – REDE;***

***1º Vice-Presidente: Aécio Darli de Jesus Leite – PT;***

***2º Vice-Presidente: Robson Miranda – PV;***

***1º Secretário: Roberto Ferreira da Silva – PHS;***

***2º Secretário: Adriano Vasconcelos Rego – PTC.***

Aos três dias, do mês de dezembro, ano dois mil e dezoito, no Palácio “Judith Leão Castello Ribeiro”, Sala das Sessões “Flodoaldo Borges Miguel”, Rua Major Pissarra, 245, nesta cidade, Estado do Espírito Santo. O Senhor Rodrigo Márcio Caldeira, Presidente, reuniu-se em Sessão Ordinária, no Segundo Semestre do Segundo Ano Legislativo, Biênio dois mil e dezessete, dois mil e dezoito (2017/2018), Primeira Parte da Décima Oitava Legislatura (2017/2020) da Municipalidade na Câmara Municipal da Serra. Registraram-se assinadas as presenças dos Nobres Senhores Vereadores: Adilson Maria da Silva, PSL; Adriano Vasconcelos Rego, PTC; Aécio Darli de Jesus Leite, PT; Ailton Rodrigues de Siqueira, PSC; Alexandre Araújo Marçal, REDE; Basílio Antônio Neves Santos, PROS; Carlos Augusto Lorenzoni, REDE; Cleusa Paixão da Silva, PMN; Fábio Duarte de Almeida, PDT; Fábio de Souza Rosa, PSD; Gilmar Dadalto, PSDB; José Geraldo Carreiro, PSB; José Geraldo da Vitória, PDT; Jucélio Nascimento Porto, PSB; Luiz Carlos Moreira, MDB; Miguel Mates Santos,

PTC; Nacib Haddad Neto, PDT; Quέλcia Mara fraga Gonçaves, PSC; Roberto Ferreira da Silva, PHS; Robson Miranda, PV; Rodrigo Márcio Caldeira, REDE; Stéfano Sbardelotti de Andrade, PHS; Wellington Batista Guizolfe, DEM. O assentamento às assinaturas registradas encontra-se em Livro Próprio de Registro das Frequências, número zero um (01), Biênio dois mil e dezessete, dois mil e dezoito (2017/2018), da Décima Oitava Legislatura, dois mil e dezessete, dois mil e vinte (2017/2020). Formou-se a Mesa Diretora. Instalaram-se os trabalhos. Ato contínuo, por força da Resolução Nº 198, de dezoito de maio do ano dois mil e nove, publicada no Diário Oficial de vinte de maio, do ano dois mil e nove, que acrescenta o Artigo 136-A à Resolução Nº 95, de vinte e nove de outubro de 1986 (Regimento Interno), que dispõe sobre obrigatoriedade à execução dos Hinos Nacional, do Estado do Espírito Santo ou do Município da Serra nas Sessões Plenárias da Câmara Municipal da Serra. Nesse sentido, neste dia, cantou-se o Hino Nacional. Em seguida, o Primeiro-Secretário procedeu à leitura bíblica em Números, Capítulo seis, Versículos vinte e quatro a vinte e seis. Em seguida, o Presidente invocou a proteção de Deus e declarou aberta a presente Sessão. Logo após, a Mesa Diretora deliberou as Atas das Sessões Ordinárias dos dias 07 e 12 de novembro de 2018. Não houve discussão. Foi à votação. Atas aprovadas por treze votos favoráveis. Em seguida, a Mesa Diretora passou a palavra aos oradores inscritos na Tribuna Livre. No PRIMEIRO PRONUNCIAMENTO DA TRIBUNA LIVRE, falou a Senhora Cláudia Garcia, Promotora de Justiça, representante do Ministério Público do Espírito Santo. Começou contextualizando a situação do Brasil nos rankings internacionais a respeito da violência contra a mulher, no qual ocupa a 5ª colocação mundial entre países que mais matam mulheres. Comparou a partir de dados do PNUD (Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento) os indicadores de renda no Brasil a partir do gênero, que mostra o fato de a mulher brasileira

ainda ganhar em média 5 vezes menos que os homens. Segundo a pronunciante, a partir de dados do IBGE, em relação aos afazeres domésticos, as mulheres dedicam 18% do seu tempo, enquanto homens dedicam 10%. Comparando a representatividade política na Câmara dos Deputados, por exemplo, as mulheres têm uma representação de 10%. A Promotora falou que este último dado ainda é equivalente ao período em que foi promulgado a última Constituição Federal, que é de 1988. Ou seja, apesar de políticas públicas, este quadro não foi modificado. Falou das interseccionalidades quanto às vulnerabilidades à que são expostas as mulheres, mulheres negras e pobres. Segundo a mesma, atualmente há uma forma apenas de reparação quanto a esta desigualdade, a qual é a aplicação de políticas afirmativas. Afirmou também que a violência contra a mulher se dá muito no âmbito afetivo, psicológico e moral, nas relações que socialmente lhe cobram pelo insucesso do casamento ou relação similar. Segundo a Promotora, de acordo com uma pesquisa feita pelo Instituto Jones Santos Neves (IJSN), em que apresenta que o percentual de lares chefiados por mulheres tem dobrado. Ainda de acordo com a Promotora, as políticas públicas não podem apenas ser produzidas em gabinetes sem ouvir os possíveis alvos dessas políticas. E além do dever da Casa (a Câmara de Vereadores), de fazer e fiscalizar leis, é também ouvir as demandas dos cidadãos e dos movimentos sociais. Pediu desculpas por passar do tempo proposto, porém disse também que quando se trata de política pública, é necessário um resgate histórico da ausência de direitos para as mulheres no Brasil. Citou como exemplo a Constituição de 1824 em que se diz que todos são iguais perante a Lei, mas a Carta de 1879 define que é permitido às mulheres poder estudar, manifestando as contradições históricas quanto à posição da mulher dentro da sociedade brasileira. Até 1962, a mulher para poder sair, para trabalhar ou estudar, necessitava de autorização do cônjuge ou pai. Até o ano de 1977, a mulher

era obrigada a manter o nome do marido, mesmo estando divorciada. E ainda, de acordo com a Promotora, há até dez anos a mulher que se casasse com seu estuprador, este teria a extinção da sua punibilidade. Em seguida agradeceu e encerrou sua fala, pedindo aos Edis para ouvirem os movimentos sociais. Agradeceu o convite da Vereadora Cleusa Paixão. Houve intervenções dos Vereadores Luís Carlos Moreira, Cleusa Paixão, Aécio Leite, Stefano Andrade, Roberto Catirica, Nacib Haddad e o Guto Lorenzoni, que elogiaram e ratificaram a fala da Promotora de Justiça. NO SEGUNDO PRONUNCIAMENTO DA TRIBUNA LIVRE, falou a Senhorita Sumaya Chaves Binda, Assistente Social, a convite do Vereador Gilmar Dadalto, acerca do tema sobre implantação de um serviço especializado para pessoas idosas, projeto apoiado pelo Vereador Gilmar Dadalto (Raposão). Começou falando a partir de dados do PNAD/IBGE, indicando que em 2012 já eram 25 milhões de idosos na população brasileira. Segundo a pronunciante, o município da Serra segue esta tendência de crescimento do número de idosos. Com o envelhecimento, surgem limitações físicas, cognitivas e sociais. Isso acarreta a dependência de terceiros para o próprio cuidado. Durante o trabalho que a mesma fez num lar para idosos na Serra, percebeu a enorme demanda, às vezes sem a real necessidade, por internação e/ou cuidados. Segundo a oradora, serviços de LPI, antigo “asilo”, estão previstos para o idoso que realmente não pode ficar com a família, ou que não tem família ou que está em situação de negligência. Disse também que, como alternativas, há centros de convivência onde idosos podem ir, uma vez por semana. Porém, há uma população de idosos desassistidos e como alternativa há o Centro Dia, onde o idoso passaria o dia e à noite retornaria ao lar com seus familiares. De acordo com a Portaria Nº 73 do Ministério da Previdência e Assistência Social, o atendimento em “Centro Dia” é um programa integral de atenção a pessoas idosas, que não podem ser atendidas em seu domicílio e centros

de convivência. Segundo a oradora, é um serviço essencial para o município pela alta demanda. A proposta do “Centro Dia” contribui para redução e prevenção do isolamento dos idosos. Prosseguindo com a fala, Sumaya, que também é assistente social, com especialização em gerontologia, disse que trabalha como voluntária na Fundação André Luiz, instituição que se localiza no bairro José de Anchieta, toda equipada para funcionar como “Centro Dia”, porém faltam recursos para manutenção e, por isso, pediu aos Edis presentes que pudessem fazer algo, para que haja repasse de recursos para o funcionamento a contento de tal instituição. Segundo ela, há impeditivos burocráticos para conseguir alvará de funcionamento e cadastro de inscrição para realização do projeto, como exemplo, citou o Conselho Municipal do Idoso e Conselho Municipal de Assistência. Encerrou sua fala, que foi seguida por apartes dos Vereadores Raposo, Aécio Leite, Wellington Alemão e Alexandre Xambinho, que manifestaram apoio a essa causa. Em seguida, o Presidente Rodrigo Caldeira determinou a leitura do Expediente do Dia. **PEQUENO EXPEDIENTE/MATÉRIAS PROTOCOLADAS NA CASA**, Parágrafo 1º, Artigo 151 do RI. Sobre a Mesa constaram as seguintes Matérias, as quais, neste ato **LIDAS**, posteriormente foram encaminhadas com a anuência do Secretário da Mesa Diretora aos devidos Doutos, às Comissões Permanentes e à Procuradoria-Geral deste Órgão Legislativo que, durante o prazo Regimental, as apreciam, emitem seus Pareceres, a fim de deliberá-las ao Plenário. **REQUERIMENTO DE TRIBUNA LIVRE Nº 12/2018**: requer uso do espaço reservado à Tribuna Livre – Oradora: Cândia Garcia (Promotora de Justiça). De autoria da Vereadora Cleusa Paixão. **PROJETO DE LEI Nº 111/2018**: anexo à Mensagem Nº 69/2018 - dispõe sobre a criação do Cargo de Professor de Libras, autoriza a contratação temporárias e dá outras providências. De autoria do Executivo Municipal. O Vereador Wellington Alemão solicitou inclusão em Regime de Urgência Especial.

PROJETO DE LEI Nº 180/2018: autoriza o Poder Executivo a instituir anualmente a Comissão Temporária para Entrega de Carnês de IPTU CTEC-IPTU e dá outras providências. De autoria do Executivo Municipal. O Vereador Luiz Carlos Moreira solicitou inclusão em Regime de Urgência Especial. PROJETO DE LEI Nº 195/2018: anexo à Mensagem Nº 126/2018 - fica o Poder Executivo autorizado a promover alienação por doação das unidades habitacionais do Programa Habitar Brasil BID - HBB1, que foram construídas pelo Município, para fins de habitação de interesse social e dá outras providências. De autoria do Executivo Municipal. O Vereador Luiz Carlos Moreira solicitou inclusão em Regime de Urgência Especial. PROJETO DE LEI Nº 201/2018: institui a Política Municipal do Controle de Natalidade de Cães e Gatos e dá outras providências. De autoria do Vereador Guto Lorenzoni. PROJETO INDICATIVO Nº 58/2018: indica ao Poder Executivo a Construção da Escola Municipal de Ensino Fundamental (EMEF), no Bairro Novo Porto Canoa, Serra - ES. De autoria do Vereador Adilson de Novo Porto Canoa. PROJETO INDICATIVO Nº 59/2018: dispõe sobre a implantação de dispositivo de aparado chamado "Bueiro Inteligente" no âmbito do Município da Serra. De autoria do Vereador Adriano Galinhão. REQUERIMENTO DE VOTO DE CONGRATULAÇÃO Nº 73/2018: requer Voto de Congratulação ao Shakhtar Gaivotas Futebol Clube. De autoria do Vereador Roberto Catirica. **GRANDE EXPEDIENTE/ORADORES INSCRITOS.** Consoante o Artigo Nº 151, do 3º Parágrafo do RI. Inscreveram-se para uso da Tribuna os Senhores Vereadores: Luiz Carlos Moreira, Cleusa Paixão, Geraldinho Feu Rosa, Cabo Porto, Roberto Catirica e Gilmar Raposo. No entanto, todos os vereadores declinaram de suas falas. **ORDEM DO DIA/MATÉRIAS À DELIBERAÇÃO**, Artigos: 152; 161; 162 do RI. Matérias liberadas ao Plenário conforme Proposições. Antes, porém, feita a chamada,

responderam a ela todos os Senhores Vereadores que assinaram o Livro próprio de Registro das Frequências, Biênio 2017/2018, Nº 01 e permaneceram presentes. REGIME DE URGÊNCIA ESPECIAL AO PROJETO DE LEI Nº 111/2018: anexo à Mensagem nº 69/2018 - dispõe sobre a criação do Cargo de Professor de Libras, autoriza a contratação temporárias e dá outras providências. De autoria do Executivo Municipal. Não houve discussão. Foi à votação. Regime aprovado por dezenove votos favoráveis. REGIME DE URGÊNCIA ESPECIAL AO PROJETO DE LEI Nº 180/2018: autoriza o Poder Executivo a instituir anualmente a Comissão Temporária para Entrega de Carnes de IPTU CTEC-IPTU e dá outras providências. De autoria do Executivo Municipal. Não houve discussão. Foi à votação. Regime aprovado por dezessete votos favoráveis, a despeito de um voto desfavorável e uma abstenção. REGIME DE URGÊNCIA ESPECIAL AO PROJETO DE LEI Nº 195/2018: anexo à Mensagem Nº 126/2018 - fica o Poder Executivo autorizado a promover alienação por doação das unidades habitacionais do Programa Habitar Brasil BID - HBB1, que foram construídas pelo Município, para fins de habitação de interesse social e dá outras providências. De autoria do Executivo Municipal. Não houve discussão. Foi à votação. Regime aprovado por dezenove votos favoráveis. Em seguida, a Sessão foi suspensa por até cinco minutos, a fim de se apensarem os Pareceres das devidas Comissões. Ao retornarem os trabalhos, com os pareceres das Comissões de Justiça e de Finanças apensados, seguiu-se, logo, a votação das seguintes matérias. PROJETO DE LEI Nº 111/2018: vide ementa acima. Não houve discussão. Foi à votação. Projeto aprovado por vinte e um votos favoráveis. PROJETO DE LEI Nº 180/2018: vide ementa acima. Não houve discussão. Foi à votação. Projeto aprovado por dezenove votos favoráveis, a despeito de um voto desfavorável e uma abstenção. PROJETO DE LEI Nº 195/2018: vide ementa acima. Não houve discussão. Foi à votação. Projeto

aprovado por vinte votos favoráveis. PROJETO DE LEI Nº 184/2018: dispõe sobre o Dia do Profissional Fisioterapeuta e do Terapeuta Ocupacional no Calendário de Eventos do Município da Serra - ES e dá outras providências. De autoria do Vereador Basílio da Saúde. Não houve discussão. Foi à votação. Projeto aprovado por dezenove votos favoráveis. Não havendo nada mais a tratar, encerrou-se esta Sessão, a próxima será regimental, quarta-feira, dia cinco, mês de dezembro e ano em curso. Acordada a fidelidade desta lavratura, procedida pelo Núcleo da Taquigrafia, encaminhe-se à deliberação Plenária em Sessão Ordinária. Aprovada, após citada deliberação, insere-se nos Anais desta Egrégia Casa, assinada pelos Senhores: Presidente, Primeiro-Secretário da Mesa Diretora, bem como por este Taquígrafo Parlamentar. Palácio “Judith Leão Castello Ribeiro”. Sala das Sessões “Flodoaldo Borges Miguel”. Em segunda-feira, dia três, mês de dezembro, ano dois mil e dezoito.

**RODRIGO MÁRCIO CALDEIRA**  
**Presidente**

**ROBERTO FERREIRA DA SILVA**  
**Primeiro-Secretário**

HÉLVIO PIRES TOLENTINO  
Taquígrafo Parlamentar